

O MITO DO UNIVERSAL E A COLONIALIDADE DO SABER: DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR EMANCIPATÓRIA

THE MYTH OF THE UNIVERSAL AND THE COLONIALITY OF KNOWLEDGE: CHALLENGES FOR AN EMANCIPATORY HIGHER EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-066>

Maria Fernanda de Cristo Santos

Mestranda em Educação, graduada em Pedagogia
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

E-mail: mariafernandacristo2013@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8390474330872884>

RESUMO

O presente artigo analisa a hegemonia do eurocentrismo na educação superior brasileira, tensionando a imposição de um modelo de ciência que se auto proclama universal. Caracterizado como um estudo de revisão bibliográfica e abordagem qualitativa, o trabalho tem como objetivo principal desconstruir a falácia do universalismo epistêmico e investigar de que modo a lógica produtivista atua como mecanismo de uniformização e subordinação acadêmica. O percurso metodológico fundamenta-se na articulação do pensamento decolonial com a crítica filosófica e a sociologia da educação. Para tanto, mobilizam-se as reflexões de François Jullien sobre a distinção entre o universal, o uniforme e o comum, cruzando-as com os conceitos de colonialidade do saber de Aníbal Quijano, Edgardo Lander e Walter Dignolo. Ademais, o estudo dialoga com Renato Ortiz e Nildo Ouriques na crítica à cientometria, e com Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos, Florestan Fernandes e Álvaro Vieira Pinto na defesa de uma universidade libertadora. Os resultados evidenciam que a atual estrutura de avaliação científica disfarça interesses globais de mercado sob o manto da universalidade, promovendo o apagamento de epistemologias locais e o silenciamento das demandas sociais brasileiras. Conclui-se que a superação da dependência intelectual exige a transição de um produtivismo uniforme para uma "ecologia de saberes", reafirmando a educação como um bem comum e um instrumento estratégico de emancipação e transformação social no Sul global.

Palavras-chave: Decolonialidade; Educação superior; Universalismo eurocêntrico; Colonialidade do saber; Epistemologias do Sul.

ABSTRACT

This article analyzes the hegemony of Eurocentrism in Brazilian higher education, questioning the imposition of a science model that proclaims itself universal. Characterized as a bibliographic review study

with a qualitative approach, the main objective is to deconstruct the fallacy of epistemic universalism and investigate how the productivist logic acts as a mechanism of academic uniformization and subordination. The methodological path is based on the articulation of decolonial thought with philosophical critique and the sociology of education. To this end, François Jullien's reflections on the distinction between the universal, the uniform, and the common are mobilized, intersecting them with the concepts of coloniality of knowledge by Aníbal Quijano, Edgardo Lander, and Walter Dignolo. Furthermore, the study dialogues with Renato Ortiz and Nildo Ouriques in the critique of scientometrics, and with Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos, Florestan Fernandes, and Álvaro Vieira Pinto in the defense of a liberating university. The results show that the current structure of scientific evaluation disguises global market interests under the cloak of universality, promoting the erasure of local epistemologies and the silencing of Brazilian social demands. It is concluded that overcoming intellectual dependence requires the transition from a uniform productivism to an "ecology of knowledges", reaffirming education as a common good and a strategic instrument of emancipation and social transformation in the Global South.

Keywords: Decoloniality; Higher education; Eurocentric universalism; Coloniality of knowledge; Epistemologies of the South.

1 INTRODUÇÃO

A constituição da universidade brasileira e a formação de suas bases de pesquisa estão historicamente atreladas a modelos epistêmicos forjados no Norte global. Diferentemente de outros países latino-americanos que fundaram suas universidades no período colonial inicial, o Brasil tardou a institucionalizar o ensino superior, fazendo-o sob a égide de um projeto elitista, dependente e profundamente voltado para a importação de saberes europeus. Durante décadas, a ciência euro-americana foi transposta para o Brasil sob a premissa inquestionável de representar um conhecimento neutro, objetivo e, sobretudo, "universal".

No entanto, o avanço da perspectiva decolonial tem demonstrado que esse pretensão universalismo é, na verdade, um paroquialismo europeu globalizado, que atua como instrumento sofisticado de dominação cultural e silenciamento das realidades periféricas. Como adverte a sociologia crítica, o que historicamente se convencionou chamar de "ciência universal" é o resultado de uma geopolítica do conhecimento que divide o mundo entre as nações que produzem teoria válida e as nações que devem apenas aplicá-la ou fornecer dados empíricos para abastecer os centros hegemônicos.

No cenário contemporâneo, essa dominação assume contornos ainda mais complexos. O colonialismo histórico cedeu lugar à "colonialidade do saber", e a imposição cultural agora se veste com a roupagem da excelência acadêmica e da globalização. É neste ponto que a reflexão do filósofo François

Jullien sobre o diálogo entre as culturas torna-se uma chave analítica indispensável. Jullien (2008) alerta para a perigosa confusão entre o "Universal" (um ideal filosófico muitas vezes inatingível) e o "Uniforme" (a padronização imposta pelas lógicas de mercado). Na atualidade, o sistema de ensino superior periférico não está em busca de um conhecimento universal, mas encontra-se aprisionado em um modelo produtivo uniforme, onde a cientometria, os rankings internacionais e as métricas de publicação atuam como rolos compressores da diversidade epistêmica.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa que orienta este capítulo reside na seguinte indagação: de que maneira o discurso do "universalismo" científico e a imposição de métricas produtivistas atuam como mecanismos de manutenção da colonialidade do saber na educação superior brasileira, afastando a universidade de sua função social?

Para responder a esta questão, o objetivo geral deste estudo é analisar criticamente a necessidade de desconstrução do eurocentrismo na produção acadêmica nacional, tensionando as fronteiras entre o que é imposto como excelência científica global e as reais demandas da sociedade brasileira. De forma específica, busca-se: a) desconstruir o mito do universalismo epistêmico, diferenciando-o da mera uniformização mercadológica; b) investigar como a lógica produtivista e a cientometria operam como novas faces do colonialismo acadêmico; e c) apontar caminhos para a construção de uma "ecologia de saberes" e para a retomada da universidade como um bem comum.

A justificativa para esta investigação ampara-se na urgência de repensar o papel da universidade em tempos de crise democrática e aprofundamento das desigualdades estruturais. A reprodução acrítica de modelos de avaliação estrangeiros, que valorizam publicações em revistas anglo-saxônicas em detrimento da pesquisa focada em problemas comunitários, compromete a autonomia intelectual do país. Quando a universidade se converte em uma mera fábrica de artigos formatados para indexadores globais, ela perde a sua capacidade de intervir na realidade local e de promover a emancipação de seu povo.

Para dar conta dessa reflexão, a pesquisa estruturou-se metodologicamente como um estudo teórico e bibliográfico. O percurso argumentativo do artigo, além desta introdução, divide-se em seções que dialogam diretamente com a matriz crítica latino-americana e a filosofia contemporânea. A seção metodológica detalha o corpus selecionado. Em seguida, os resultados e discussões abordam, primeiramente, a farsa do universalismo; em um segundo momento, criticam o produtivismo como ferramenta de uniformização; e, por fim, apontam as possibilidades emancipatórias de uma educação construída pelo e para o Sul global, culminando nas considerações finais.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo de natureza teórica e bibliográfica, conduzido sob uma abordagem qualitativa e de matriz crítico-dialética. A opção por esse delineamento metodológico

justificou-se pela necessidade de ir além da mera descrição dos fenômenos educacionais, buscando desvelar as estruturas de poder e as bases epistemológicas que sustentam as atuais políticas de avaliação da educação superior no Brasil.

O corpus analítico foi constituído de forma intencional, priorizando um conjunto de dez pensadores seminais que oferecem um diagnóstico estrutural sobre a dependência acadêmica e a dominação epistêmica. Para fins de organização metodológica e cruzamento de dados teóricos, a literatura selecionada foi dividida em três eixos de análise. O primeiro eixo, focado na desconstrução do universalismo e na colonialidade do saber, englobou as obras de François Jullien (2008), Aníbal Quijano (2005), Edgardo Lander (2005) e Walter Dignolo (2003). O segundo eixo, centrado na crítica à cientometria e nas manifestações contemporâneas do colonialismo acadêmico, amparou-se nas reflexões de Renato Ortiz (2008) e Nildo Ouriques (2011). Por fim, o terceiro eixo, voltado para a função social da universidade e as perspectivas emancipatórias, mobilizou os constructos de Paulo Freire (1987), Boaventura de Sousa Santos (2007), Florestan Fernandes (1975) e Álvaro Vieira Pinto (2005).

A análise dos dados bibliográficos operou-se à luz do método hermenêutico-crítico. O procedimento não se restringiu ao fichamento passivo das obras, mas consistiu em tensionar os conceitos e promover o diálogo entre as categorias teóricas. Um dos principais movimentos analíticos realizados por esta pesquisa foi cruzar a distinção filosófica proposta por Jullien — entre o Universal, o Uniforme e o Comum — com a denúncia sociológica do produtivismo feita por Ortiz e Ouriques. Desse modo, buscou-se demonstrar metodologicamente que as atuais métricas de avaliação científica (como fatores de impacto e ranqueamentos estratificados) não representam um ideal universal de ciência, mas sim um processo de uniformização imposto pelas lógicas do capitalismo acadêmico global.

O percurso investigativo desenvolveu-se em três etapas fundamentais. Inicialmente, realizou-se o levantamento e a leitura flutuante das obras para identificar as categorias de "colonialidade", "produtivismo" e "emancipação". Em um segundo momento, procedeu-se à leitura exaustiva e ao fichamento analítico, momento em que se identificaram as convergências entre o pensamento decolonial latino-americano e a crítica filosófica ao eurocentrismo. A etapa final consistiu na síntese interpretativa, na qual os resultados foram estruturados para evidenciar como a absolutização da cientometria silencia as epistemologias do Sul global, culminando na formulação de alternativas pautadas na ecologia de saberes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A FARSA DO UNIVERSALISMO E A COLONIALIDADE DO SABER

A base estruturante da universidade ocidentalizada, modelo importado e reproduzido no Brasil, repousa na crença inquestionável de que a ciência europeia atingiu um patamar de neutralidade e objetividade absolutas. Historicamente, o espaço acadêmico latino-americano foi forjado como uma

extensão da metrópole, operando sob a premissa de que o conhecimento válido não possui geografia, cor ou classe social. No entanto, a perspectiva decolonial desvela que essa suposta assepsia científica é, na realidade, um projeto político de poder. Edgardo Lander (2005) argumenta que o pensamento hegemônico se constituiu a partir de uma "arrogância epistêmica", na qual o conhecimento produzido em uma pequena província do mundo (a Europa) foi elevado à categoria de "Universal", relegando os saberes construídos em outras partes do globo ao status inferior de folclore, mito, empirismo ou cultura primitiva.

Essa arrogância epistêmica não se encerrou com os processos de independência política das nações latino-americanas. Pelo contrário, ela se transmutou. Aníbal Quijano (2005) cunhou o conceito de "colonialidade do saber" para explicar exatamente esse fenômeno: um mecanismo estrutural de controle e hierarquização que sobreviveu ao fim do colonialismo histórico. A colonialidade impõe uma classificação racial e geopolítica não apenas sobre os corpos, mas sobre as mentes e as metodologias. Dentro dessa lógica, a universidade brasileira passa a enxergar a si mesma pelo espelho do colonizador, validando como "excelência" apenas aquilo que espelha os padrões metodológicos e teóricos do Norte global.

Para compreender a profundidade dessa farsa, o pensamento de Walter Mignolo (2003) oferece uma chave analítica indispensável. O autor destaca que a geopolítica do conhecimento estabelece uma divisão internacional do trabalho intelectual: o Norte global (Estados Unidos e Europa) atua como o centro que "produz" teoria e formula os grandes paradigmas, enquanto o Sul global (incluindo o Brasil) é condicionado a "aplicar" essas teorias ou a fornecer dados brutos para abastecer os laboratórios e periódicos hegemônicos. Quando a educação superior brasileira aceita essa divisão de forma acrítica, ela abdica de sua autonomia intelectual e converte-se em uma mera reprodutora de "desenhos globais" que ignoram as "histórias locais" (Mignolo, 2003).

Essa reflexão ganha um contorno ainda mais refinado e contemporâneo quando confrontada com a obra do filósofo François Jullien (2008). Ao analisar os impasses do diálogo entre as culturas, Jullien adverte que a própria noção de "Universal" é uma invenção lógica e filosófica estritamente ocidental, herdeira direta da tradição grega. Quando a ciência hegemônica se autoproclama universal nos dias de hoje, ela não está promovendo um encontro autêntico entre culturas ou um espaço de pluralidade. Ao contrário, ela exerce uma violência discursiva que impõe a sua própria visão de mundo como a única régua de medida possível.

A grande armadilha contemporânea, segundo Jullien (2008), é a confusão entre o Universal e o Uniforme. O que a globalização e o capitalismo acadêmico promovem não é o acesso a um conhecimento universal, mas sim uma violenta "uniformização". O uniforme é a padronização imposta pelo mercado; é a repetição do mesmo modelo de artigo, da mesma metodologia e do mesmo idioma (majoritariamente o inglês) em todas as partes do mundo, por razões de eficiência métrica e subordinação econômica.

A universidade brasileira, ao perseguir essa uniformização disfarçada de universalismo, consolida uma dupla alienação. Por um lado, afasta-se de suas matrizes culturais e das necessidades urgentes de sua população; por outro, submete seus pesquisadores a uma corrida produtivista que visa, em última instância, atender aos critérios de avaliadores externos. Desconstruir essa farsa universalista e compreender as engrenagens da uniformização acadêmica é o primeiro passo para que a educação superior brasileira recupere sua capacidade de pensar o país a partir de suas próprias contradições, rompendo as amarras da colonialidade do saber.

3.2 PRODUTIVISMO ACADÊMICO E CIENTOMETRIA: A UNIFORMIZAÇÃO DISFARÇADA DE EXCELÊNCIA

Se no passado o universalismo eurocêntrico justificava-se por bases filosóficas e discursos civilizatórios, na contemporaneidade ele assume uma roupagem supostamente neutra e inquestionável: a métrica. A cientometria, originalmente concebida como uma ferramenta auxiliar e técnica para a análise da produção científica, foi gradualmente elevada à condição de critério absoluto de qualidade acadêmica. Indicadores quantitativos, como o fator de impacto, o índice h e a estratificação de periódicos (a exemplo do sistema Qualis/CAPES no Brasil), passaram a ser utilizados como proxies inquestionáveis para medir a relevância de pesquisadores, programas de pós-graduação e instituições inteiras.

Renato Ortiz (2008) denuncia de forma contundente a insensatez desse processo. O autor argumenta que a cientometria, quando absolutizada, converte-se em um fetiche que desconsidera as múltiplas e complexas dimensões da produção do conhecimento. Ortiz não condena a avaliação em si, mas critica o modo como o instrumento de medida foi transformado na própria finalidade da pesquisa. Essa prática ignora as especificidades epistemológicas e metodológicas das Ciências Humanas e Sociais, cujas dinâmicas de produção, maturação e circulação de ideias não se adequam aos moldes acelerados das ciências exatas ou biomédicas. A busca obsessiva por impacto imediato e alto número de citações penaliza pesquisas de caráter crítico e de longo prazo, essenciais para a compreensão das realidades sociais brasileiras.

Aqui, o referencial de François Jullien (2008) revela-se cirúrgico para a nossa crítica decolonial: a cientometria não promove o acesso a uma ciência "Universal", mas atua como o braço armado do "Uniforme". O uniforme é a padronização imposta pelo mercado globalizado do capitalismo acadêmico. É a exigência de que o pesquisador brasileiro escreva sob os mesmos moldes, utilize as mesmas referências hegemônicas e publique no mesmo idioma (majoritariamente o inglês) exigido pelos grandes conglomerados editoriais do Norte global. Trata-se de uma uniformização por conveniência econômica e subordinação técnica, vendida aos países periféricos sob o rótulo de "internacionalização".

Nildo Ouriques (2011) corrobora essa visão ao diagnosticar que o sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil foi inteiramente capturado por essa lógica produtivista. Para o autor, as agências de

fomento nacionais, ao adotarem acriticamente esses indexadores globais, reproduzem e aprofundam o colonialismo acadêmico. O sistema passa a premiar a submissão aos ditames e agendas de pesquisa das revistas estrangeiras, enquanto desvaloriza ou pune os pesquisadores que se dedicam a investigar problemas locais. Como bem alerta Ortiz (2008), o imperativo de publicar em revistas internacionais muitas vezes não significa estabelecer um diálogo genuíno com o mundo, mas sim submeter-se passivamente a padrões e interesses alheios à nossa realidade.

As consequências dessa estrutura para a universidade brasileira são devastadoras. A lógica produtivista gera a profunda alienação do professor-pesquisador, que se vê obrigado a orientar sua carreira e as dissertações de seus alunos segundo critérios de avaliação externos. Jovens cientistas são treinados em seus programas de pós-graduação não para resolver os problemas do país, mas para replicar metodologias importadas e dominar as "regras do jogo" da publicação. O resultado é uma proliferação de artigos desconectados da realidade nacional, nos quais temas urgentes para a sociedade brasileira — como a fome, o racismo estrutural, a desigualdade fundiária e a violência urbana — são preteridos em favor de pautas que agradem aos conselhos editoriais das potências centrais. A universidade, esvaziada de seu projeto humanista e crítico, converte-se em uma mera fábrica de papers, produzindo um conhecimento que, embora altamente ranqueado, mostra-se organicamente inútil para a emancipação do povo brasileiro.

3.3 POR UMA ECOLOGIA DE SABERES E A EDUCAÇÃO COMO BEM COMUM

Diante do severo diagnóstico da colonialidade epistêmica e da uniformização produtivista, emerge a urgência de propor alternativas concretas para a educação superior brasileira. A crítica ao produtivismo acadêmico não implica, em absoluto, uma negação da importância da pesquisa, do rigor metodológico ou da publicação científica. Trata-se, antes, de uma defesa intransigente da relevância social do conhecimento. A desconstrução do eurocentrismo exige que a universidade transite de uma epistemologia da exclusão para uma epistemologia da libertação, resgatando sua vocação histórica de intervir na realidade de forma transformadora. Para que essa ruptura ocorra, Boaventura de Sousa Santos (2007) propõe a substituição da "monocultura do saber" — que reconhece apenas a ciência ocidental moderna como válida — pela "ecologia de saberes". Essa ecologia consiste no reconhecimento ativo de que a ciência acadêmica é fundamental, mas não é a única forma de conhecimento existente, devendo estabelecer um diálogo horizontal e mutuamente enriquecedor com os saberes populares, indígenas, quilombolas e tradicionais. Uma universidade verdadeiramente comprometida com sua função social deve articular excelência acadêmica com responsabilidade, promovendo uma ciência que pulse em sintonia com as necessidades da população e que esteja engajada com as lutas sociais e a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Essa perspectiva decolonial dialoga intimamente com a pedagogia de Paulo Freire (1987). Para o educador brasileiro, a educação não pode operar sob a lógica da "transmissão bancária" de conhecimentos elaborados nos centros de poder estrangeiros. Ela deve ser um processo dialógico de conscientização, no qual o sujeito periférico aprende a ler o seu próprio mundo para transformá-lo. É neste ponto de convergência que a filosofia de François Jullien (2008) oferece sua maior contribuição à nossa análise: a verdadeira alternativa à tirania do Universal (eurocêntrico) e à aridez do Uniforme (produtivista) é a construção do Comum. O Comum não anula as diferenças, mas cria um espaço de inteligibilidade mútua e solidariedade. A universidade brasileira não deve buscar ser "igual" à universidade europeia, mas sim construir um espaço de conhecimento que seja um bem comum para a sua própria sociedade.

A consolidação desse bem comum exige uma ação intencional do Estado e da academia. Álvaro Vieira Pinto (2005) enfatizava que o desenvolvimento científico dos países periféricos só tem eficácia emancipatória se for orientado por um projeto nacional de desenvolvimento endógeno, capaz de articular as demandas sociais, econômicas e culturais internas. A ciência, afinal, não é um campo neutro; ela é atravessada por disputas de poder, interesses econômicos e agendas geopolíticas que determinam o que é pesquisado e o que é silenciado.

Nesse sentido, Florestan Fernandes (1975) já alertava que a emancipação cultural e científica dos países dependentes exige uma ruptura radical com a mentalidade colonial. Essa ruptura passa, invariavelmente, pela valorização da produção intelectual própria, pela recusa em aceitar passivamente as agendas de pesquisa importadas e pela coragem de formular perguntas que incomodem as estruturas de poder locais e globais. Conclui-se que o resgate da função social da universidade brasileira depende da afirmação de sua autonomia e do fortalecimento das redes de colaboração entre os países do Sul global. Somente ao abandonar a posição de subalternidade epistêmica, a universidade poderá assumir seu papel estratégico na construção de uma ciência emancipada e de uma sociedade radicalmente democrática.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que a educação superior brasileira se encontra em uma profunda encruzilhada histórica e epistemológica. A submissão irrestrita aos modelos de ciência forjados no Norte global e a adesão acrítica às métricas do produtivismo internacional comprometem severamente a missão social da universidade. Ao invés de atuar como um motor de transformação da realidade local, a academia periférica tem sido empurrada para o papel de reprodutora de uma colonialidade epistêmica, que se disfarça sob o manto do mérito e da excelência global.

A principal contribuição desta pesquisa residiu na articulação inédita entre a denúncia sociológica da cientometria e a matriz do pensamento filosófico decolonial. Ao cruzar as críticas de Renato Ortiz e Nildo Ouriques com as formulações de Aníbal Quijano, Walter Dignolo e François Jullien, foi possível

desvelar e responder ao problema central desta investigação: o que hoje se impõe nas agências de avaliação brasileiras como "ciência universal" atua, na prática, como um violento mecanismo de uniformização mercantil. Esse mecanismo asfixia as matrizes de pensamento do Sul global, desestimula a pesquisa de impacto comunitário e aliena o professor-pesquisador, forçando-o a alimentar indexadores internacionais em detrimento das urgências da sociedade brasileira.

A superação dessas dinâmicas de dependência intelectual exige uma profunda reconfiguração institucional, política e metodológica. O combate ao colonialismo acadêmico não se faz apenas com denúncias, mas com a construção ativa de uma "ecologia de saberes", amparada no pensamento de autores como Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire, Florestan Fernandes e Álvaro Vieira Pinto. É imperativo repensar os critérios de validação acadêmica adotados pela pós-graduação, de modo a premiar a relevância social, a pluralidade epistemológica e o compromisso ético-político com a nossa realidade. A universidade deve ser reafirmada não como uma fábrica de artigos padronizados, mas como um espaço de inteligibilidade mútua — um verdadeiro bem comum, capaz de forjar a emancipação cultural e tecnológica do Brasil.

Por fim, reconhecendo que a descolonização do saber é um processo contínuo e inconcluso, este estudo aponta caminhos necessários para futuras investigações. Como desdobramento natural desta pesquisa, recomenda-se a investigação empírica e teórica sobre como a "Desconstrução do Eurocentrismo na Educação Brasileira" pode ser operacionalizada nos currículos e nas práticas pedagógicas. Torna-se fundamental analisar de que maneira os programas de pós-graduação em Educação podem criar estratégias de resistência ao produtivismo, abrindo espaço efetivo para abordagens decoloniais que dialoguem horizontalmente com os saberes historicamente subalternizados. Somente assim a universidade brasileira assumirá seu papel protagonista na construção de um projeto de nação autônomo, crítico e radicalmente democrático.

REFERÊNCIAS

Fernandes, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Jullien, François. *O Diálogo Entre as Culturas: do universal ao multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Lander, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-53.

Mignolo, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Ortiz, Renato. Cientificidade, Cientometria e Insensatez. In: Ortiz, R. A Diversidade dos Sotaques. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Ouriques, Nildo. Ciência e pós-graduação na universidade brasileira. In: Rampinelli, W. J.; Ouriques, N. (Org.). Crítica à Razão Acadêmica: Reflexão sobre a Universidade Contemporânea. Florianópolis: Insular, 2011.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

Santos, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2007.

Pinto, Álvaro Vieira. O Conceito de Tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.